

ÍNDICE

PARTE I — INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — O Trabalho e a Proteção Social ao Trabalhador	29
1.1. Prólogo	29
1.2. O Surgimento da Noção de Proteção Social	30
1.3. A Mútua Assistência e a Caridade	31
1.4. A Assistência Estatal	31
1.5. A Noção de Seguro Social	32
1.6. Evolução da Previdência Social no Mundo	33
Capítulo 2 — Fundamentos da Previdência Social	36
2.1. A Intervenção do Estado	36
2.2. A Solidariedade Social	37
2.3. A Compulsoriedade da Filiação	37
2.4. A Proteção aos Previdentes	38
2.5. A Redistribuição de Renda	38
2.6. O Risco Social	39
2.7. Da Previdência à Segurança Social	39
Capítulo 3 — Modelos de Previdência Social	41
3.1. Sistemas Contributivos e Não-Contributivos	41
3.2. Sistemas Contributivos de Repartição e Capitalização	42
3.3. Sistemas Privados de Previdência	43
Capítulo 4 — A Evolução da Proteção Social no Brasil	45
4.1. Primeiras Regras de Proteção	45
4.2. A Lei Eloy Chaves	46
4.3. Os Institutos de Classe	47
4.4. Da Criação do INPS à Constituição de 1988	49
4.5. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	51

4.6. A Criação do INSS e as Minirreformas	53
4.7. A Emenda Constitucional n. 20	54
4.8. O Fator Previdenciário	59
Capítulo 5 — O Direito Previdenciário	61
5.1. Conceito e Objeto de Estudo	61
5.2. Autonomia Científica	62
5.3. Classificação Frente à Divisão Didático-Enciclopédica do Direito	64
5.4. Relação do Direito Previdenciário com Outros Ramos do Direito ..	66
5.5. Fontes do Direito Previdenciário	68
Capítulo 6 — Aplicação das Normas de Direito Previdenciário	74
6.1. Antinomias e Critérios de Solução	74
6.2. Lacunas do Ordenamento e sua Solução	75
6.3. Interpretação das Normas	77
6.4. Vigência e Eficácia das Normas no Tempo	78
6.5. Vigência e Eficácia das Normas no Espaço	79
Capítulo 7 — Princípios do Direito Previdenciário	81
7.1. Princípios Constitucionais da Seguridade Social	81
7.2. Princípios Específicos de Custeio	84
7.3. Princípios Específicos de Previdência Social	87
Capítulo 8 — Regimes Previdenciários	93
8.1. O Regime Geral de Previdência Social — RGPS	93
8.2. Regime Previdenciário Complementar	94
8.3. Planos de Seguridade Social de Servidores Públicos	98
8.4. Exercentes de Mandato Eletivo	101
8.5. Regime dos Militares da União	103

PARTE II — A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 1 — A Organização da Seguridade Social	107
1.1. O Sistema Nacional de Seguridade Social	107
1.2. Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS	108
1.3. Instituto Nacional do Seguro Social — INSS	110

1.4. Gestão Descentralizada	111
1.5. Conselho Nacional da Seguridade Social — CNSS	111
1.6. Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS	113
1.7. Conselhos Estaduais e Municipais de Previdência Social	116
1.8. Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS	117
1.9. Conselho de Gestão da Previdência Complementar — CGPC	119
1.10. Conselho de Recursos da Previdência Social — CRPS	120
Capítulo 2 — Relação Jurídica de Custeio	123
2.1. Definição da Relação Obrigacional	123
2.2. Autonomia da Relação de Custeio	124
2.3. Identidade com a Relação Obrigacional Tributária	126
Capítulo 3 — Contribuintes da Seguridade Social	127
3.1. Segurados da Previdência Social	128
3.2. Empresa e Entidades Equiparadas	129
3.3. Matrícula da Empresa	130
3.4. Empregador Doméstico	131
3.5. Apostadores de Concursos de Prognósticos	132
3.6. Contribuintes da CPMF	132
Capítulo 4 — Relação Jurídica de Seguro Social	134
4.1. Definição da Relação de Seguro Social	134
4.2. Vinculação da Relação Previdenciária com a Filiação	135
4.3. Natureza Jurídica da Relação de Seguro Social	136
Capítulo 5 — Beneficiários do Regime Geral de Previdência	137
5.1. Segurados — Definição	137
5.2. Segurados Obrigatórios	137
5.2.1. Empregado Urbano e Rural	139
5.2.2. Empregado Doméstico	148
5.2.3. Contribuinte Individual	149
5.2.4. Trabalhador Avulso	155
5.2.5. Segurado Especial	157
5.3. Segurado Facultativo	160

5.4. Menoridade para Fins Previdenciários	161
5.5. Aposentado que Retorna à Atividade	163
Capítulo 6 — Filiação dos Segurados	165
Capítulo 7 — Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	167
Capítulo 8 — Dependentes	172
Capítulo 9 — Inscrição dos Segurados e Dependentes	177
9.1. Inscrição dos Segurados	178
9.2. Inscrição de Dependentes	179

PARTE III — CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 1 — Sistema de Financiamento da Seguridade Social	183
1.1. Sistema Contributivo	186
1.2. Participação da União	187
1.3. Contribuições Sociais	189
1.3.1. Conceituação	190
1.3.2. Natureza Jurídica	191
1.3.3. Características Gerais	194
1.4. Outras Receitas da Seguridade Social	196
Capítulo 2 — Contribuições ao Sistema	197
2.1. Salário de Contribuição	197
2.2. Salário-Base	204
2.3. Contribuição do Segurado Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso	208
2.4. Contribuição dos Segurados Contribuinte Individual e Facultativo	210
2.5. Contribuições das Empresas	212
2.5.1. Contribuição sobre a Folha de Pagamento	213
2.5.2. Contribuição sobre a Remuneração Paga aos Segurados Contribuintes Individuais e Trabalhadores Avulsos	214
2.5.3. Contribuição para Custeio do Seguro de Acidente do Trabalho e Aposentadorias Especiais	219
2.5.4. Contribuição sobre a Receita e o Faturamento	223
2.5.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS	224

2.5.6. PIS/PASEP	230
2.5.7. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL	232
2.5.8. Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — o SIMPLES	233
2.6. Contribuição Incidente sobre a Remuneração dos Trabalhadores na Construção Civil	239
2.6.1. Aferição Indireta	240
2.6.2. Apuração de Salário-de-Contribuição contido em Nota Fiscal de Serviço/Fatura	241
2.6.3. Apuração de Salário-de-Contribuição com Base na Área Construída e no Padrão da Obra	241
2.6.4. Retenção na Construção Civil	242
2.7. Contribuição dos Clubes de Futebol Profissional	242
2.8. Contribuição do Empregador Doméstico	243
2.9. Contribuição do Produtor Rural — Pessoa Física e do Segurado Especial	244
2.10. Contribuição do Empregador Rural — Pessoa Jurídica	247
2.11. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	250
2.12. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira — CPMF ...	250
2.13. Contribuições em Face de Decisões Proferidas pela Justiça do Trabalho	252
2.14. Contribuições Destinadas a Terceiros	260
Capítulo 3 — Isenção das Contribuições para a Seguridade Social	262
3.1. Requisitos para a Isenção	264
3.2. Requerimento e Deferimento da Isenção	265
3.3. Alcance da Isenção	266
3.4. Revisão da Isenção	266
Capítulo 4 — Remissão e Anistia	268
Capítulo 5 — Regras Gerais de Arrecadação e Fiscalização	271
5.1. Competência dos órgãos de Arrecadação e Fiscalização	272
5.2. Arrecadação e Recolhimento das Contribuições	272
5.3. Obrigações Acessórias	276

5.4. Prerrogativas da Fiscalização	278
5.5. Inadimplemento e Acréscimos Moratórios	280
5.6. Compensação, Restituição e Reembolso de Contribuições ...	283
5.6.1. Compensação e Restituição	283
5.6.2. Reembolso de Contribuições	286
5.7. Parcelamento de Débitos	287
5.8. Programa de Recuperação Fiscal — REFIS	290
Capítulo 6 — Responsabilidade pelos Recolhimentos	293
6.1. Construção Civil	294
6.2. Grupo Econômico	296
6.3. Responsabilidade dos Sócios e Titulares	296
6.4. Tomador de Serviços	297
6.5. Administradores Públicos	299
6.6. Operador Portuário e o Órgão Gestor de Mão-de-Obra	299
Capítulo 7 — Decadência e Prescrição das Contribuições à Seguri- dade Social	300
7.1. Prescrição e Decadência na Restituição e Compensação de Contribuições	303
7.2. Prazo para Pleitear a Desconstituição de Exigência Fiscal	304
Capítulo 8 — Prova de Inexistência de Débito	305
Capítulo 9 — Constituição do Crédito Previdenciário	311
9.1. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito — NFLD	313
9.2. Auto de Infração — AI	313
Capítulo 10 — Processo Administrativo Fiscal	319
10.1. Depósito Recursal — Exigibilidade	320
Capítulo 11 — Dívida Ativa: Inscrição e Execução Judicial	323
Capítulo 12 — Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho	336
12.1. Aplicação da Norma em Função do Tempo	337
12.2. Conflitos de Competência	338
12.3. Condição do INSS na Lide Trabalhista	340

12.4. Legislação Aplicável	340
12.5. Créditos Executáveis	341
12.6. As Prerrogativas do INSS	342
12.7. Validade do Procedimento	344
12.8. O Procedimento da Execução	345
Capítulo 13 — Dos Crimes contra a Previdência Social	351
13.1. Art. 95 da Lei n. 8.212/91	351
13.1.1. Omissão no Recolhimento de Contribuições Previdenciárias	354
13.1.2. Constitucionalidade	356
13.1.3. Tipo Objetivo	358
13.1.4. Tipo Subjetivo	358
13.1.5. Consumação e Tentativa	359
13.1.6. Sujeito Ativo	359
13.1.7. Sujeito Passivo	361
13.1.8. Crime Continuado	361
13.1.9. Ação Penal	362
13.1.10. Extinção da Punibilidade	363
13.1.11. Dificuldades Financeiras	364
13.1.12. Princípio da Insignificância	365
13.2. O Regime da Lei n. 9.983/2000	366
13.2.1. Apropriação Indébita Previdenciária	368
13.2.2. Extinção da Punibilidade	371
13.2.3. Perdão Judicial	373
13.2.4. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações ...	374
13.2.5. Modificação ou Alteração não autorizada de Sistema de Informações	374
13.2.6. Sonegação de Contribuição Previdenciária	375
13.2.7. Divulgação de Informações Sigilosas ou Reservadas	376
13.2.8. Falsidade Documental	377

13.2.9. Falsificação de Documento Público	377
13.2.10. Violação de Sigilo Funcional.....	378
13.2.11. Equiparação a Funcionário Público	378

PARTE IV — PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 1 — Introdução	381
Capítulo 2 — Concessão da Prestação Previdenciária	384
2.1. Cancelamento do Benefício	387
Capítulo 3 — Períodos de Carência	388
Capítulo 4 — Cálculo do Valor do Benefício	394
4.1. Salário de Benefício e Período Básico de Cálculo	395
4.2. Fator Previdenciário	402
4.3. Regras de Transição para Aplicação do Fator Previdenciário	406
4.4. Renda Mensal Inicial	407
4.5. Valor-Limite dos Benefícios	411
Capítulo 5 — Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios	413
5.1. Índices de Correção dos Salários-de-Contribuição Utilizados no Cálculo do Salário-de-Benefício (Súmula n. 2 do TRF 4ª Região)	414
5.2. Reajustes pelo Salário Mínimo de Referência	415
5.3. Atualização Monetária dos Doze Últimos Salários-de-Contribuição para os Benefícios Concedidos Anteriormente à Constituição de 1988	416
5.4. Súmula n. 260 do Extinto Tribunal Federal de Recursos	416
5.5. Auto-Applicabilidade do Art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 — Diferenças Decorrentes do Reajustamento dos Benefícios Concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (Art. 144, Parágrafo Único, da Lei n. 8.213/91)	417
5.6. Aplicação do Art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	418
5.7. Manutenção do Valor Real dos Benefícios/Equivalência do Valor dos Benefícios em Número de Salários Mínimos	420
5.8. Valor Mínimo dos Benefícios	421
5.9. Gratificação Natalina de 1988/1989	421
5.10. URP de Fevereiro de 1989	422
5.11. Salário Mínimo de Junho de 1989	422

5.12. Expurgos Inflacionários	422
5.13. Reajuste de Setembro de 1991 — Abono da Lei n. 8.178/91 ...	423
5.14. Reajustes Quadrimestrais — IRSM — Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93	424
5.15. Conversão dos Benefícios para URV — Lei n. 8.880/94	425
5.16. Atualização Monetária das Parcelas Pagas em Atraso	426
5.17. Aplicação do IRSM de Fevereiro de 1994	427
Capítulo 6 — Pagamento dos Benefícios	430
6.1. Pagamento Feito a Terceiros	431
6.2. Intangibilidade do Valor do Benefício	432
6.3. Acumulação de Benefícios	433
Capítulo 7 — Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais	435
7.1. Evolução Histórica da Proteção Acidentária	435
7.2. Conceito de Acidente de Trabalho	438
7.3. Doenças Ocupacionais	442
7.4. Nexo Causal e Concausalidade	443
7.5. Aspectos da Proteção Previdenciária à Vítima de Acidente	445
7.6. A Comunicação do Acidente de Trabalho — CAT	446
7.7. Responsabilização do Tomador dos Serviços	447
7.7.1. Com Fundamento na Responsabilidade Subjetiva do Empregador	447
7.7.2. Com Fundamento na Responsabilidade Objetiva do Empregador	447
7.7.3. A Teoria do Risco Social — Cobertura pela Previdência Social	448
7.7.4. Responsabilidade Penal	448
7.7.5. Sanções Administrativas	448
7.8. Direito à Indenização Civil	449
7.9. O Direito de Regresso da Previdência em Face do Empregador	454
7.10. Estabilidade do Empregado Acidentado	456
Capítulo 8 — Benefícios em Espécie	459
8.1. Aposentadoria no RGPS	459
8.1.1. Direito à Desaposentação	460
8.2. Aposentadoria por Invalidez	463

8.3. Aposentadoria por Idade	469
8.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço	480
8.5. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	481
8.5.1. Aposentadoria do Professor	484
8.5.2. Aplicação dos Novos Critérios para Aposentadoria	485
8.6. Aposentadoria Especial	485
8.7. Pensão por Morte	495
8.8. Auxílio-Doença	501
8.9. Auxílio-Reclusão	506
8.10. Auxílio-Acidente	510
8.11. Salário-Família	514
8.12. Salário-Maternidade	518
8.13. Abono Anual	522
Capítulo 9 — Benefícios Extintos	524
9.1. Renda Mensal Vitalícia	524
9.2. Auxílio-Natalidade	525
9.3. Auxílio-Funeral	526
9.4. Pecúlio	526
9.5. Abono de Permanência em Serviço	527
9.6. Aposentadorias Diferenciadas	527
Capítulo 10 — Serviços	529
10.1. Serviço Social	529
10.2. Habilitação e Reabilitação Profissional	529
Capítulo 11 — Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários	532
11.1. Prova do tempo de contribuição	536
11.2. Reconhecimento do Tempo de Filiação	540
11.3. Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição	540
11.4. Justificação Administrativa	543
11.5. Cabimento da Ação Declaratória para Reconhecimento de Tempo de Contribuição	545
Capítulo 12 — Prescrição e Decadência de Benefícios	549
12.1. Prescrição do Direito a Benefícios	549
12.2. Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário	550

Capítulo 13 — Ações Previdenciárias	553
13.1. Competência para as Ações Previdenciárias	554
13.1.1. Prestações Comuns	554
13.1.2. Competência Federal Delegada	555
13.1.3. Ações Acidentárias	557
13.1.4. Causas Referentes ao Benefício Assistencial	559
13.2. Prévio Ingresso na Via Administrativa	560
13.3. Pagamentos Devidos pelo INSS	563
13.4. Idosos	565
13.5. Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal	565

PARTE V — TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 — A Globalização e a Crise do Estado-Providência	571
Capítulo 2 — As Mudanças no Direito Comparado	578
Capítulo 3 — As Razões da Crise Brasileira	589
Capítulo 4 — Perspectivas da Seguridade Social Brasileira	596

APÊNDICE — SÚMULAS DE INTERESSE EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

Supremo Tribunal Federal	615
Tribunal Federal de Recursos	617
Superior Tribunal de Justiça	620
Tribunal Superior do Trabalho	622
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	623
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	624
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	625
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	625
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	627
Bibliografia	629